

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Termo de Cooperação Técnica Nº 53/2021 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC**PROCESSO Nº. 19.0.000031306-0****TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E O MUNICÍPIO DE PALMAS.**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **JOÃO RIGO GUIMARÃES**, brasileiro, portador do RG nº 316.531 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.210.461-53, residente e domiciliado nesta Capital, a **CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, com sede na Quadra 103 Norte, Rua NO 07, Complemento nº 2, Conjunto 01, Lote 02 T 01C, Palmas/TO, neste ato representada pela Corregedora-Geral de Justiça a Excelentíssima Senhora Desembargadora **ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE**, brasileira, portadora do RG nº 10751-30 - SSP/GO, inscrita no CPF/MF nº 323.474.051-87, residente e domiciliada nesta Capital, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE PALMAS/TO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 24.851.511/0001-85, sediado na Quadra 104 Norte, Avenida Juscelino Kubitschek, Edifício Via Nobre Empresarial, nº 28-A, 8º andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, neste ato representado por sua Prefeita, a Senhora **CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO**, brasileira, portadora do RG nº. 979.830 - 2ª Via SSP/TO, inscrita no CPF/MF sob o nº. 805.538.931-49; RESOLVEM entre si celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, doravante Termo de Cooperação, nos termos da Lei Federal nº. 8666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente TERMO, estabelecer condições de cooperação e apoio técnico, jurídico e administrativo entre os cooperados, consubstanciado na disposição de pessoal, visando à formulação e a implementação de medidas conjuntas voltadas ao aperfeiçoamento, facilitação e agilidade de rotinas e procedimentos relacionados ao auxílio no processo de regularização fundiária urbana e rural do Município de Palmas/TO, de modo a proporcionar maior eficiência a esta atividade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL:

2.1. O presente Instrumento obedece ao disposto no artigo 116 “*caput*” da Lei Federal nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMALIZAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO:

3.1. O ato de disponibilização deverá ser expedido pela autoridade competente do MUNICÍPIO DE PALMAS/TO, por prazo determinado, permitidas sucessivas prorrogações, dentro do prazo de vigência deste Termo, enquanto houver interesse dos envolvidos.

3.2. Expedido o respectivo ato, o servidor deverá se apresentar ao Nupref – Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária, da Corregedoria Geral de Justiça, apresentando a documentação exigida para formação de dossiê funcional, conforme relação de documentos fornecida pela Diretoria de Gestão de Pessoas do TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

3.3. O servidor disponibilizado pelo MUNICÍPIO DE PALMAS /TO atuará junto ao Nupref – Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária, da Corregedoria Geral de Justiça, que encaminhará à Diretoria de Gestão de Pessoas no prazo de 5 (cinco) dias, após a entrada em exercício, todos os documentos e a certidão de exercício para formação de dossiê e acompanhamento dos termos da disponibilização.

3.4. No caso de atraso na apresentação da documentação necessária, no prazo de 30 (trinta) dias, o Diretor do Foro comunicará o fato à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que determinará as medidas a serem adotadas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

4.1. O MUNICÍPIO DE PALMAS/TO obriga-se à:

- a) Disponibilizar, a princípio, até **2 (dois)** servidores para auxiliar nas rotinas e procedimentos dos processos de regularização fundiária urbana do Município de PALMAS/TO;
- b) Exercer conjuntamente com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Termo;
- c) Informar aos seus servidores, que vierem a atuar por meio deste Termo, que exercerão suas atividades sob a coordenação do Juiz de Direito competente, sem interferências externas de qualquer ordem;
- d) Cumprir e fazer cumprir durante a vigência desse TERMO, as cláusulas e obrigações assumidas a partir da assinatura deste Instrumento;
- e) Manter o TRIBUNAL DE JUSTIÇA informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução desse TERMO;
- f) Manter durante toda a execução do objeto desse TERMO as obrigações assumidas do presente Instrumento.

4.2. O ônus remuneratório/indenizatório e demais encargos sociais dos servidores disponibilizados são de responsabilidade integral do MUNICÍPIO DE PALMAS/TO, ressalvada a possibilidade de concessão de auxílio alimentação e auxílio saúde que será custeado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA, nos termos da Resolução n.º 14/2014, e do art. 32 da Lei n.º 2.409, de 16 de novembro de 2010, observando-se a disponibilidade financeira e orçamentária, bem como a Resolução n.º 88/2009, do CNJ.

4.3. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA obriga-se à:

- a) Comunicar ao Magistrado competente, acerca da Cooperação firmada entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o MUNICÍPIO DE PALMAS/TO, de modo que este promova as orientações que entender pertinentes aos servidores disponibilizados pelo ente público municipal;
- b) Disponibilizar os materiais de expediente, móveis e equipamentos eletrônicos e de informática, necessários às atividades dos servidores do MUNICÍPIO DE PALMAS/TO;
- c) Manter o MUNICÍPIO DE PALMAS/TO informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução deste TERMO;
- d) Promover a avaliação interna e externa das atividades;
- e) Manter durante toda a execução do objeto deste TERMO as obrigações assumidas quando da assinatura do presente Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIDORES À DISPOSIÇÃO E SUAS OBRIGAÇÕES:

5.1. Antes de iniciar suas atividades, o servidor disponibilizado deverá assinar termo responsabilizando-se pelo uso e conservação de instrumentos de trabalho que lhe forem fornecidos ou colocados à sua disposição, obrigando-se a guardar sigilo sobre assuntos funcionais de que tenha conhecimento em razão de suas atividades no âmbito das repartições do Nupref – Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária, da Corregedoria Geral de Justiça, comprometendo-se, ainda, entre outros deveres:

5.1.1. Tomar ciência, formalmente, dos termos deste Instrumento, dos deveres que envolvem os servidores da Administração Pública Estadual e da disciplina dos servidores que atuam no Poder Judiciário;

5.1.2. Comunicar à Chefia imediata acerca de qualquer afastamento legal das atividades inerentes à disposição, fazendo-o de modo prévio, salvo motivo de força maior;

5.1.3. Atestar, sob as penas da Lei, que, no momento do ato da disponibilização e enquanto esta perdurar, não se encontre respondendo processo ou procedimento administrativo disciplinar.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA.

6.1. O presente Termo vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser denunciado por qualquer uma das partes mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem qualquer ônus para as partes, podendo ser prorrogado, em caso de interesse até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA IRRENUNCIABILIDADE:

7.1. A tolerância, por qualquer das Partes, por inadimplementos de quaisquer cláusulas ou condições do presente TERMO, deverá ser atendida como mera liberalidade, jamais produzindo novações, modificações, renúncia ou perda do direito de vir a exigir o cumprimento da respectiva obrigação.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

8.1. O presente TERMO poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas ou pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, pela perda do interesse de qualquer das partes em mantê-lo, o que se procederá mediante notificação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DA LEGALIDADE.

9.1. O presente TERMO vincula-se, em sua integralidade, aos ditames da Lei n.º 8.666/93 e demais normas processuais e de organização judiciária vigentes e aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

10.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA responsabilizar-se-á pela publicação do extrato do presente TERMO no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, reservando igual direito ao MUNICÍPIO DE PALMAS/TO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Toda e qualquer alteração, modificação, adaptação, sob qualquer alegação de fato e de direito, passará pelo crivo do TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO:

12.1. O presente TERMO será gerido de forma compartilhada entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o MUNICÍPIO DE PALMAS/TO.

12.2. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA designará servidor para gestão e acompanhamento deste TERMO em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As Partes elegem o Foro da Comarca de Palmas/TO, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, firmam o presente Instrumento, o qual é assinado pelas partes, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, para que produza seus efeitos.



Documento assinado eletronicamente por **Cinthia Alves Caetano Ribeiro, Usuário Externo**, em 08/11/2021, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, Corregedora-Geral da Justiça**, em 11/11/2021, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador João Rigo Guimarães, Presidente**, em 11/11/2021, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3976864** e o código CRC **ED9B3A9F**.